

CMN fixa metas para diminuir o déficit

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Não foram necessárias duas horas para os 24 membros do Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovarem o extenso documento "Programação do setor externo em 1983" e outras nove medidas de relativa importância para a sociedade brasileira, como a permissão para as instituições financeiras transformarem em debêntures conversíveis em ações, sem nenhum limite de

aplicação, as dívidas das empresas com dificuldades financeiras.

O documento, que define a orientação de austeridade a ser imprimida na política econômica no próximo ano, tem como pontos fundamentais a obtenção de um superávit comercial de US\$ 6 bilhões, com exportações de US\$ 23 bilhões e importações limitadas em US\$ 17 bilhões, e a redução de mais da metade no déficit em transações correntes (cuja conta contabiliza o saldo da balança comercial, os juros

da dívida externa, os fretes, seguros e outras remessas de dólares para o Exterior), cujo saldo negativo terá de cair dos US\$ 14 bilhões, previstos este ano, para US\$ 6,9 bilhões.

De acordo com o documento, a dívida externa, que ao final deste ano chegará a US\$ 72,2 bilhões — nesse total não estão incluídos os empréstimos de curto prazo —, não poderá crescer mais de 8,9% chegando ao final de 1983, com US\$ 78,6 bilhões.

Essa inflexibilidade nas metas para 1983 é consequência da constatação das autoridades oficiais, depois de sucessivas viagens ao Exterior — após a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), no início de setembro —, de que a disposição da comunidade internacional de financiar o déficit do balanço de pagamentos dos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, não é mais a mesma de anos atrás. Assim, o governo foi informado de que os bancos estran-

geiros não vão emprestar mais de US\$ 10,6 bilhões ao Brasil no próximo ano.

Apesar do rigor que a execução dessa estratégia exigirá, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, garantiu que 1983 não será marcado pela recessão. Ao contrário, ele até acredita num crescimento econômico; na redução nas taxas de juros; no aumento da oferta de emprego e numa queda da inflação de 95% a 100%, a serem verificados este ano, para 70%.

O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, concorda com seu colega da Fazenda: "O ano que vem não será tão duro, porque o programa de substituição de importações poderá aumentar a produção interna".

O presidente do Banco Central, Geraldo Langoni, prometeu que o corte de US\$ 1,5 bilhão nas importações do setor privado somente será executado após serem ouvidas as entidades representativas do empresariado.